A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula

Andréia Galvão

Professora de Sociologia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e pesquisadora do Centro de Estudos Marxistas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula
Este artigo se propõe a analisar a nova configuração do movimento sindical no governo Lula, buscando refletir sobre suas causas e indicar possíveis tendências. Para tratar desse assunto, abordaremos, na primeira parte do artigo, as dificuldades internas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o movimento de aproximação entre esta e a Força Sindical; na segunda parte, indicaremos os principais elementos do processo de recomposição do movimento sindical, apontando os fatores de divisão e de aproximação entre as diferentes organizações sindicais.
Palavras-chave: sindicalismo, reforma trabalhista, reforma sindical

The recomposition of the trade union movement under the Lula government
This article aims to analyze the new configuration of the trade union movement under Lula Government, and to think of its causes and indicate possible tendencies in these changes. Firstly we outline the internal difficulties within the Central Única dos Trabalhadores (CUT) and its being closer to the Força Sindical (FS); the second part of the article points to the main elements in the process of recomposition of the trade union movement, highlighting the factors of division and agreement between the different trade union organizations.
Keywords: trade unionism, labour reform, trade union reform

O movimento sindical brasileiro vem sendo profundamente afetado nas últimas duas décadas, podendo-se observar mudanças em suas formas de atuação, em sua composição, em seu posicionamento e em sua capacidade de mobilização. O contexto político e econômico desse período – marcado, de um lado, pelas reformas neoliberais implementadas pelos governos a partir dos anos 1990 e, de outro, pela reestruturação produtiva promovida pelas empresas – levou à deterioração das condições de trabalho, enfraquecendo a capacidade de reação dos trabalhadores e de seus sindicatos frente ao capital. As diferentes formas de precarização do trabalho – a exemplo da expansão de novas modalidades de contratação associadas a uma menor gama de direitos e de proteção social, e da reativação de formas pretéritas de trabalho, como o pagamento por produção e o trabalho a domicílio – colaboraram para o aumento da insegurança no trabalho, que se manifesta seja sob a forma de desemprego, do subemprego e/ou da informalidade. Esse conjunto de fatores tem afastado os trabalhadores de suas entidades de representação de interesses, incitando-as a rever seu repertório de práticas.

O governo do Partido dos Trabalhadores (PT), desde seu primeiro mandato, não tem contribuído para superar as dificuldades que se impõem ao movimento sindical. A proximidade entre uma parcela do sindicalismo brasileiro e o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ao invés de fortalecer a capacidade de organização e resistência dos trabalhadores e de seus organismos de representação, tem evidenciado suas debilidades. Essas debilidades se manifestam sob diferentes aspectos: 1) na acomodação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) frente às medidas antipopulares do governo Lula; 2) na inca-

pacidade da Força Sindical (FS) de se constituir em polo de oposição sindical ao governo; 3) no aprofundamento da divisão do movimento sindical, com a criação de novas organizações: de um lado, a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), a Intersindical e a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), que constituem cisões da CUT; de outro, a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), que representa os sindicatos ligados à estrutura confederativa; 4) no processo de fusão de antigas e, por vezes, pouco expressivas correntes sindicais, ocasionado por fatores mais pragmáticos do que político-ideológicos: é o caso da União Geral dos Trabalhadores (UGT), fusão da Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e da Social Democracia Sindical (SDS).

Este artigo se propõe a analisar a nova configuração do movimento sindical no governo Lula, buscando refletir sobre suas causas e indicar possíveis tendências. Para tanto, abordaremos, na primeira parte do texto, as dificuldades internas à CUT e o movimento de aproximação entre CUT e FS. Na segunda parte, indicaremos os principais elementos do processo de recomposição do movimento sindical, apontando os fatores de divisão e de aproximação entre as diferentes organizações sindicais. Essa segunda parte enfatizará as reformas sindical e trabalhista que, a nosso ver, têm sido um dos principais propulsores da reconfiguração do movimento sindical sob o governo Lula.

A acomodação CUT e a perda de identidade da FS

As transformações pelas quais passou a CUT desde os anos 1990 não são novas e já foram abordadas por diversos autores (Antunes, 1997; Jácome Rodrigues, 1997; Martins e Jácome Rodrigues, 2000; Veras, 2002; Cardoso, 2003). Se, no início daquela década, a adoção do sindicalismo propositivo aproximou a central, em certa medida, do sindicalismo de resultados da FS, possibilitando

sua conversão ao sindicalismo "cidadão",[1] suas criticas ao governo Cardoso e às reformas neoliberais ainda geravam tentativas de mobilização e resistência. O fato desse movimento de transformação se realizar concomitantemente à manutenção dessa perspectiva critica é algo paradoxal. Com efeito, ele exprime as tensões e conflitos entre as correntes minoritárias, criticas do neoliberalismo, e a majoritária, mais propensa à negociação. É por esse motivo que consideramos que a CUT vivia o dilema entre a crítica e a acomodação ao neoliberalismo (GALVÃO, 2002).

No governo Lula, porém, a perspectiva crítica vai se esvaindo, na medida em que o partido que fazia oposição às "reformas orientadas para o mercado" acabou por assumi-las. A estreita relação entre a *Articulação Sindical* e a principal tendência petista, e o fato de as correntes majoritárias no interior da CUT e do PT terem passado por um processo de conversão ideológica semelhante, que as levou à assimilação de elementos do ideário neoliberal,[2] parecem-nos ser o principal elemento explicativo para o enfraquecimento da perspectiva crítica. A diferença fundamental desse novo contexto em relação ao anterior é que, enquanto o PT se encontrava na oposição, essa conversão ideológica e os conflitos entre as correntes cutistas eram obscurecidos e encobertos pela crítica ao governo Cardoso. Muitas das tentativas da *Articulação Sindical* negociar e formalizar

1 Denominação utilizada tanto pela CUT quanto pela FS para se referir à prestação de diversos serviços ao trabalhador, a exemplo da qualificação profissional e da intermediação de mão-de-obra, dentre outros serviços custeados por recursos públicos que advêm, fundamentalmente, do FAT.

2 Por exemplo, o aumento do desemprego é atribuído pela ideologia dominante à falta de qualificação profissional do trabalhador. Ao se tornar um agente da política de emprego, a CUT acaba referendando, em parte, o discurso da "empregabilidade", que responsabiliza o desempregado por sua própria condição. Do mesmo modo, ao assumir tarefas relacionadas à educação e formação profissional, e à intermediação de mão-de-obra, a CUT entra em contradição com seu discurso pois, ao mesmo tempo em que critica a política neoliberal e a desestruturação dos serviços públicos, atribuindo ao governo a responsabilidade pelo aumento do desemprego e pela deterioração dos serviços sociais, acaba por legitimar essa política.

acordos com o governo e com o patronato foram frustradas, favorecendo a resistência protagonizada pelas correntes minoritárias e revigorando uma prática mais confrontacionista no interior da central (Galvão, 2006a, p. 136).

A situação é completamente diferente num governo que a CUT considera seu aliado: a proximidade entre a central e o partido afastou a CUT de manifestações e críticas ao governo, mesmo quando este ameaça direitos dos trabalhadores. Isso fica claro quando se observa a posição que a central assumiu em relação à reforma da previdência, implementada em 2003. Essa reforma gerou grande insatisfação nos servidores públicos, contrários à taxação dos inativos, ao fim da aposentadoria integral e da paridade entre ativos e inativos, bem como à criação de fundos de pensão. Embora a cúpula da central criticasse alguns pontos da reforma, como a taxação dos inativos, e fosse favorável a um benefício de valor mais elevado e a uma previdência complementar pública, procurou preservar o governo de qualquer desgaste, opondo-se à greve que havia sido convocada por entidades de servidores, muitas delas ligadas à CUT, e defendendo, em seu lugar, a negociação dos pontos polêmicos.

A cautela da corrente majoritária e a tentativa de cooptação por parte do governo não foram suficientes para evitar a deflagração de diversas manifestações contrárias à reforma da previdência, tampouco a greve do funcionalismo que reuniu, em seu auge, cerca de 50 mil manifestantes em Brasília.[3] Essa greve provocou uma ameaça de racha da CUT e o anúncio da criação de uma Central de Servidores Públicos (que, todavia, não teve apoio de entidades filiadas à CUT e cuja existência efetiva ainda é uma incógnita).

---

3 Para amenizar o descontentamento sindical, o governo ofereceu aos sindicatos a possibilidade de criarem fundos de pensão privados, de modo a disponibilizarem mais um serviço aos seus filiados. Cumpre notar que as centrais têm criado novas formas de assegurar sua sustentação financeira, vendendo a seus filiados empréstimos em condições "especiais" e cartões de crédito.

Além da direção da CUT não ter organizado nenhuma resistência à reforma da previdência, a *Articulação Sindical* tem procurado demover os sindicatos de sua base a entrar em greve, a exemplo do ocorrido na greve dos bancários em setembro de 2004. Naquela ocasião, a base se opôs ao acordo promovido entre a Confederação Nacional dos Bancários (CNB) da CUT, dirigida pela *Articulação Sindical*, e o setor patronal. Contrariando o indicativo da direção, a base votou a favor da greve, a fim de buscar um reajuste salarial mais elevado do que o negociado pela cúpula do movimento. Isso se repetiu em 2006, quando a CNB procurou subordinar a mobilização ao calendário eleitoral, postergando o início da greve por acreditar que Lula seria reeleito já no primeiro turno.

Não deixa de ser sintomático que, justamente no governo Lula, a CUT tenha alterado significativamente a maneira de comemorar o 1° de maio, passando a promover festas com a participação de artistas populares, a exemplo do que a FS vem fazendo desde 1998 (Galvão, 2006a, p. 144). A partir de 2004, a CUT rendeu-se aos megaeventos, programados para receber milhões de pessoas e custeados por patrocínio público e privado, onde o espaço para atos políticos é pequeno. As correntes contrárias a essa conversão passaram a organizar manifestações paralelas, a fim de preservar o caráter político e a perspectiva crítica associada a essa data.

Enquanto a CUT consolida seu processo de mudança e acentua suas divisões internas, a FS esboça algumas críticas ao governo sem, contudo, conseguir se converter em polo de oposição ao mesmo. Nesse processo, a FS modifica em parte seu discurso, assumindo bandeiras muitas vezes associadas a sua adversária, razão pela qual afirmamos que a central passa por uma "crise de identidade".

Em 2003 e 2004, a tônica do discurso da FS foi a crítica ao pequeno aumento de salário mínimo: para seu presidente, Paulinho, "ao optar pelo aumento de R$ 20 no salário mínimo [em 2004], o governo perde a 'credibilidade'". E se apropria até mesmo de uma tradicional bandeira do PT e da CUT: "O governo precisa dizer não ao

FMI" (FERNANDES; ROLLI, 2004). Já a CUT tentava justificar o reajuste concedido pelo governo, apontando as dificuldades orçamentárias e defendendo a necessidade de ampliar o espaço previsto no orçamento para essa questão. De acordo com seu então presidente, Luiz Marinho: "Temos muito do que reclamar. Ajudamos a eleger o governo federal e temos esperança a longo prazo. Mas são muitos problemas a curto prazo: renda, emprego, salário mínimo. E a CUT certamente vai cobrar o que não vem sendo cumprido pelo governo" (FERNANDES; ROLLI, 2004).[4]

Em 2004, CUT e FS, ao lado da CGT, SDS, CAT e CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil), lançaram uma campanha nacional unificada pela redução da jornada de trabalho. Essa campanha traz um diferencial relativo à posição da FS e da direção da CUT no tocante à flexibilização das relações de trabalho, na medida em que, ao contrário do que fizeram nos acordos celebrados nos anos 1990,[5] as centrais reivindicavam a redução da jornada para 40 horas sem redução salarial.

Em 2005, a FS centrou sua crítica na alta taxa de juros e no excesso de impostos, ao passo que a CUT, além de criticar a taxa de juros, buscou defender a reforma sindical negociada pelo governo. Marinho considerava o salário mínimo de R$ 300,00, apesar de baixo, uma vitória. Apesar de admitir a existência de "problemas na economia", preferia destacar os avanços do governo Lula, "principalmente em relação ao governo anterior [...] De fato, os juros estão elevados, mas, mesmo assim, crescemos 5,2% no ano passado. É claro que, com uma outra dinâmica de juros, poderíamos ter

4 FS, CGT, SDS e CAT divulgaram, em 30 de abril de 2004, um manifesto contra a política econômica do governo que, todavia, não foi assinado pela CUT.

5 Quando tanto o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC quanto o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo propuseram e chegaram a negociar acordos de redução da jornada com redução salarial, em troca de uma pretensa estabilidade no emprego (pretensa, pois os acordos geralmente também previam demissões "voluntárias" e a não substituição de empregados desligados por motivos como aposentadoria). Cf. Galvão (2006b) e Trópia (2002).

crescido 6% ou 7%. Defendo a necessidade de redução das taxas de juros, mas é preciso estar combinado à meta de inflação e à geração de emprego" (Força, 2005). Ainda nesse ano, a central entregou ao Congresso Nacional 25 propostas de interesse dos trabalhadores, tratando de temas como redução da jornada, limitação das horas extras e valorização do salário mínimo. Também em 2005 o presidente da CUT, Luiz Marinho, foi nomeado ministro do Trabalho e Emprego, reforçando os vínculos entre a central e o governo.

Em 2006, a CUT reiterou suas críticas às taxas de juros e destacou seu impacto negativo sobre o nível de investimento público. Apesar disso, seus dirigentes reafirmaram seu apoio ao governo e defenderam publicamente a reeleição, apontando alguns dos benefícios do governo Lula para os trabalhadores, a exemplo do aumento do salário mínimo aprovado em 2006 e da disposição em dialogar com as organizações sindicais.[6] Já a FS reiterou suas críticas à carga tributária, defendendo a proposição de um projeto de lei que informe ao consumidor o valor do imposto contido em cada produto adquirido. Além disso, seu presidente responsabilizou o governo pelo aumento do desemprego e pela queda na renda do trabalhador.

Em 2007, CUT e FS evitaram fazer críticas ao governo em suas comemorações do 1º de maio. A festa da CUT teve como tema "Desenvolvimento econômico com distribuição de renda, valorização

6 As lideranças sindicais cutistas crêem que o governo Lula lhes proporcionou uma maior participação no processo decisório, tanto no que se refere à deliberação acerca da criação e das mudanças a serem implementadas nas políticas públicas quanto à aplicação de verbas relacionadas a políticas já existentes, como o FAT. A avaliação do presidente da FS é distinta: "Esse é um governo de muita reunião e pouca decisão. Nosso papel é protestar" (Nosso, 2004). A despeito dessa avaliação, a FS não deixou de participar das negociações tripartites promovidas pelo governo. Em 2006, negociou, ao lado da CUT, o reajuste do salário mínimo, fixado em R$ 350,00. Para Luiz Marinho, já na condição de ministro do trabalho, a negociação foi a "vitória do diálogo" e o acordo com as centrais mostra seu amadurecimento e compromisso, tanto com a elevação da renda do trabalhador quanto com a "sustentação da economia", na medida em que as centrais – que reivindicavam R$ 400,00 – concordaram com o reajuste "possível" (Marinho, 2006, p. A3).

do trabalho e defesa do meio ambiente" e a da FS "Trabalhadores em defesa do planeta Terra". O orçamento das duas centrais variou de R$ 2 a 3 milhões. Já a Conlutas e a Intersindical, juntamente com as Pastorais Sociais e as Comunidades Eclesiais de Base (e em alguns estados, com a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Corrente Sindical Classista/CSC), programaram manifestações "Em defesa da aposentadoria e dos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas".

Além de acompanhar, em linhas gerais, o posicionamento das centrais ao longo desse período, é interessante observar como se deram as mudanças no comando da CUT. Em 2003, o presidente Lula interveio nas eleições da central, indicando Luiz Marinho para o cargo de presidente. Contrariando a tradição da Central, seu ex-presidente João Felício não foi reeleito. Com a nomeação de Marinho ao MTE, Felício voltou a ocupar o cargo e era candidato a nele permanecer nas eleições de 2006. No entanto, a Articulação Sindical se dividiu entre a candidatura de Felício e a de Arthur Henrique da Silva Santos, que acabou vitorioso. Um dirigente da CSC, que até então fazia parte da CUT, avalia essa disputa da seguinte forma:

> De um lado, João Felício, que representa uma posição mais social-democrata na relação da CUT com o Estado e os patrões, com postura mais de luta e classista. O grupo propõe também uma prática sindical mais autônoma e independente em relação ao governo Federal e aos patrões. Esta postura se expressa, talvez com mais nitidez, pelo fato do dirigente representar historicamente a ação sindical dos professores do setor público de São Paulo (...) Já o dirigente Arthur Henrique, aproximou-se desde o início de sua carreira sindical ao núcleo dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do campo e do Sindicato dos Bancários de São Paulo, os principais formuladores da política sindical da Articulação. O dirigente é vinculado ao pequeno sindicato dos Eletricitários de Campinas (...) Arthur e seu grupo

> vêm rompendo com posições históricas da CUT e assumindo posições claramente sociais liberais. A manifestação pública que expressa com maior nitidez esta adesão à concepção social liberal foi observada no período de preparação da proposta de reforma sindical[7] (...) Neste sentido, a possibilidade da CUT se transformar em correia de transmissão do governo Federal no próximo período é muito grande, o que poderá enterrar de vez o projeto histórico da central (Reis, 2006).

Esta avaliação é interessante porque mostra como as disputas e conflitos internos são vistos pelos próprios integrantes da central. Ainda em 2006, a Frente de Esquerda Socialista (FES) deixou de fazer parte da direção da CUT pois a chapa que lançou no 9º Concut não obteve votos suficientes para integrar a diretoria:

> o congresso aprofundou ainda mais a já precária unidade no interior da CUT (...) Com uma posição hegemonista e exclusivista de não permitir a quebra da proporcionalidade mínima para ingresso na direção, posição apoiada por todas as outras correntes internas, a articulação sindical decretou na prática a exclusão de mais uma parcela de sindicatos e dirigentes da entidade (Reis, 2006).

Assim, se por um lado o primeiro mandato de Lula foi marcado pela redução das diferenças entre CUT e FS, que convergem rumo ao sindicalismo "cidadão", por outro lado, verifica-se um processo de recomposição do movimento sindical, marcado por novas divisões e fusões, como veremos a seguir.

---

7 Arthur Henrique da Silva Santos era um dos representantes da CUT no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), organismo tripartite destinado à discussão da reforma sindical e trabalhista.

A recomposição do movimento sindical

As reformas sindical e trabalhista têm sido um dos principais propulsores da reconfiguração do movimento sindical sob o governo Lula. Por diferentes razões, diversas correntes sindicais se opõem às propostas de extinção da unicidade sindical e de algumas das contribuições sindicais compulsórias, ainda que o projeto de reforma em discussão no *Fórum Nacional do Trabalho* (FNT) não assegurasse plenamente nenhuma dessas mudanças.[8]

No caso da CUT, as correntes minoritárias eram contrárias à participação da central no FNT e opunham-se ao projeto de reforma porque consideravam que as mudanças pretendidas, especialmente a centralização do poder nas cúpulas sindicais, provocariam a perda de espaço e funcionariam como uma porta de entrada para a reforma trabalhista.[9] Essas críticas levaram à saída de muitas correntes e dirigentes da central.[10] O Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), ligado ao PSTU, participou da criação da Conlutas,

---

8 Após dois anos de intensos debates no FNT, em 2005 o governo encaminhou ao Congresso uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 369/2005) e apresentou um o Anteprojeto de Lei, cuja tramitação estava condicionada à aprovação da PEC. Para uma discussão desses documentos e uma análise crítica do tripartismo, consultar Galvão (2004, 2005, 2007a e 2007b) e Dias e Bosi, 2005.

9 A centralização de poder na cúpula resultaria de um sistema de negociação em diferentes níveis, que atribuía ao contrato coletivo de maior abrangência o poder de indicar as cláusulas não passíveis de negociação nos níveis inferiores. O temor das correntes de esquerda da CUT era que as entidades de cúpula celebrassem acordos lesivos ao trabalhador, que não poderiam ser alterados pelas entidades de base. Nesse sentido, a aprovação da reforma sindical, ao invés de barrar a reforma trabalhista, poderia facilitá-la.

10 "Em 2004, pela primeira vez a CUT viu tanto o número de sindicatos quanto o de trabalhadores filiados encolher. O primeiro passou de um total de 3.341 para 3.266 sindicatos, um recuo de 2,24%. Já a quantidade de pessoas filiadas caiu menos: 0,3%, chegando a 22,45 milhões no fim de 2004. No governo Lula como um todo, a central teve um resultado positivo, porém fraco. Expansão de somente 1% no número de trabalhadores filiados e de 5,5 % nos sindicatos. A Força Sindical foi bem mais além. Incrementou em 134% os sindicatos e em 100% as pessoas sindicalizadas" (SALGADO, 2006).

"composta por entidades sindicais, organizações populares, movimentos sociais etc, que tem como objetivo organizar a luta contra as reformas neoliberais do governo Lula (Sindical/Trabalhista, Universitária, Tributária e Judiciária) e também contra o modelo econômico que este governo aplica no país, seguindo as diretrizes do FMI" (CONLUTAS, 2004). A Frente de Esquerda Socialista (FES), por sua vez, cujos principais dirigentes são ligados ao PSOL, criou a Intersindical por entender que a central deixou de ser um instrumento de organização e unificação do movimento sindical para ser um instrumento de colaboração e conciliação de classes. Porém, nem todos os dirigentes e sindicatos que a integram deixaram a central, optando por um duplo movimento: ao mesmo tempo em que avaliam que a resistência e o enfrentamento no interior da CUT não são mais suficientes, entendem que é preciso reconhecer a legitimidade daqueles que continuam lutando dessa forma (INTERSINDICAL, 2006).

Fora da CUT, sete entidades ligadas ao sistema confederativo,[11] historicamente contrárias a mudanças na estrutura sindical, criaram a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), com o objetivo de reagir "às tentativas do governo Lula de acabar com a atual organização sindical pela revogação do Artigo 8º da Constituição Federal" (NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES, 2005).

Mais do que uma disputa quanto à melhor forma de organização sindical, que opõe defensores da unicidade sindical de um lado e seus críticos de outro, o surgimento de novas entidades sindicais foi fruto de uma disputa política entre diferentes concepções e práticas sindicais. Essa disputa diz respeito tanto à relação com o

11 São as seguintes: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSBP), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Alimentação e Afins (CNTA), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT).

governo, quanto ao posicionamento perante as reformas. A reforma sindical, por exemplo, era defendida pela CUT e pela FS porque, mesmo que as mudanças em pauta não correspondessem ao projeto original de nenhuma delas,[12] sairiam fortalecidas na medida em que obteriam reconhecimento legal, capacidade de negociação e recursos financeiros provenientes de uma parcela da contribuição negocial, que viria a substituir as contribuições compulsórias atualmente existentes.

Diante das resistências das correntes de esquerda, de um lado, e do sistema confederativo, de outro, e com a agenda política paralisada desde 2005 pelas denúncias de corrupção, o governo desistiu de dar sequência à tramitação da reforma sindical no Congresso. Em lugar de uma reforma ampla, optou por encaminhar duas medidas provisórias: uma criando o Conselho Nacional de Relações de Trabalho, organismo tripartite concebido para tratar do registro, financiamento e representatividade dos sindicatos, e outra que reconheceria legalmente as centrais sindicais que comprovassem a filiação mínima de 100 sindicatos.[13] A posição manifestada pelas centrais diante dessa notícia contradiz seu discurso em relação ao imposto sindical pois, ao mesmo tempo em que se dizem

12 A *Articulação Sindical* defendia o modelo de sindicato orgânico, assegurando o pluralismo sindical na base, mas acabou recuando para fazer um acordo com a *Corrente Sindical Classista*. Este acordo, denominado Plataforma Democrática Básica, previa a "manutenção da estrutura atual nos sindicatos de base, condicionada a critérios de representatividade e democratização nos estatutos" (CUT, 2005). A FS definia-se "a favor de uma estrutura sindical como um sistema misto de unicidade na base – sindicatos únicos por categoria profissional com base mínima nos municípios – e pluralidade na estrutura vertical, além da extinção paulatina do Imposto Sindical, em um prazo de cinco anos [...]" (Força Sindical, 2005, p. 14).

13 Ambas as medidas foram rejeitadas pelo Congresso em setembro de 2006. O parecer do relator da MP 294, que propunha a criação do CNTR, deputado Vicente Paulo da Silva (PT-SP), foi contrário ao mérito da proposta. O deputado Luiz Antônio de Medeiros (PL-SP), relator da MP 293, que tratava do reconhecimento das centrais, defendeu a rejeição da proposta, alegando que era necessário buscar o consenso em relação ao financiamento das centrais, especialmente no tocante à destinação dos recursos arrecadados pelos sindicatos de base.

favoráveis a sua supressão, reivindicam recursos públicos para se sustentarem financeiramente: 'Faltou o dinheiro. Não adianta sermos a instância máxima na representação do trabalhador se não temos dinheiro para sequer entrar com uma ação na Justiça. Queremos os 20% [do imposto sindical] que hoje vão para o governo', declarou o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva[14]. O [então] presidente da CUT, João Felício, afirmou que as centrais vão ao Congresso para fazer uma emenda ao texto da MP e assegurar um mecanismo de sustentação financeira para as entidades (SOFIA, 2006).

Em 2007, o Ministério do Trabalho e Emprego negociou com as centrais uma proposta de reconhecimento que estabelece critérios de representatividade (como a representação de, no mínimo, 5% do total de trabalhadores filiados a sindicatos no país, além da comprovação da filiação mínima de 100 sindicatos) e também o repasse de 10% da contribuição sindical para as centrais reconhecidas.[15]

A questão do reconhecimento das centrais tem gerado um processo contraditório: por um lado, verifica-se um movimento de fusão, a exemplo da criação da UGT, oriunda da CAT, CGT e SDS; por outro lado, vislumbram-se novas divisões, a exemplo da criação da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), constituída fundamentalmente pela Corrente Sindical Classista, ligada ao PCdoB, que deixou a CUT em 2007. Tanto num caso como no

14 Outro indício de contradição: ao mesmo tempo em que a FS afirma defender sua extinção paulatina, em seu 5º Congresso, realizado em 2005, estabelece a forma de custeio da central em 2% sobre o imposto sindical arrecadado pelos sindicatos filiados (FORÇA SINDICAL, 2005, p. 15).

15 Ver PL 1.990/2007. Emenda do deputado Augusto de Carvalho (PPS-DF) condicionou o desconto do imposto sindical em folha de pagamento à autorização prévia do trabalhador. Embora essa medida não tenha o poder de eliminar a contribuição, gerou uma oposição dos sindicatos de trabalhadores, preocupados com uma eventual redução de sua arrecadação financeira, e uma intensa mobilização por parte do governo e das centrais para derrubá-la. O PL 1.990/2007 foi aprovado em março de 2008 e a referida emenda foi derrubada.

outro, as decisões parecem ser mais de ordem pragmática: no que se refere à UGT, trata-se da necessidade de cumprir os critérios de representatividade para ter acesso ao reconhecimento legal e à fonte de custeio negociada com o governo, e não necessariamente de uma afinidade político-ideológica; no caso da CSC – que não apenas é uma defensora histórica da unicidade quanto foi uma das principais críticas da saída do MTS da CUT, em 2004 – trata-se da possibilidade de utilizar os recursos da contribuição sindical para constituir uma estrutura alternativa de poder, já que seus próprios dirigentes alegam que, a despeito das divergências, não se trata de romper com a CUT, nem de considerá-la adversária.[16]

Além da reforma sindical, a reforma trabalhista também tem contribuído para alterar o cenário sindical, tanto do ponto de vista estritamente organizativo, quanto no que se refere ao posicionamento das organizações sindicais.

Lula iniciou as discussões no FNT pela reforma sindical dizendo ser necessário primeiro fortalecer os sindicatos para, depois, negociar a reforma trabalhista. Mas a reforma trabalhista, longe de ser estrategicamente suspensa, como à primeira vista poderia parecer, foi realizada paulatina e sutilmente, sem debate. A despeito de discursos contrários, o governo Lula não interrompeu o processo de flexibilização de direitos, ainda que o tenha feito em ritmo menor do que o verificado sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (cf. GALVÃO, 2007a).[17]

---

16 Cf. entrevista de João Batista Lemos a Lobregatte (2007). Ao mesmo tempo, os dirigentes da nova central alegam que a saída da CUT se deve ao hegemonismo da corrente majoritária e à falta de democracia interna da central, apontando sua falta de autonomia em relação ao governo (GIL, 2007). Diante dessa justificativa, poderíamos perguntar: por que, então, tal decisão não foi tomada antes?

17 Dentre as principais medidas adotadas, destacam-se: o Contrato de Primeiro Emprego, um contrato de duração determinada de, no mínimo, 12 meses, para jovens entre 16 e 24 anos, parcela da PEA em que o desemprego é mais elevado; a legalização da contratação de prestadores de serviços na condição de empresas constituídas por uma única pessoa ("pessoa jurídica"); a manutenção de procedimentos normativos diferenciados (no que se refere à documentação trabalhista, fiscalização e representa-

O segundo mandato de Lula se iniciou com novos ataques aos direitos trabalhistas. O Congresso Nacional, ao aprovar o projeto que cria a Receita Federal do Brasil (denominada "Super Receita"), aprovou também uma emenda (de nº 3), de autoria do ex-senador Ney Suassuana (PMDB–PB), que retira dos auditores da Receita Federal a atribuição de reconhecer a existência de vínculo empregatício entre empresas constituídas por uma só pessoa e a empresa que contrata seus serviços. O recurso a essa modalidade de contratação ("PJ") pode constituir uma forma de ocultar a relação de emprego, fraudando o pagamento de direitos trabalhistas e encargos sociais. A emenda nº 3 coíbe a fiscalização do trabalho, na medida em que remete para a Justiça do Trabalho a comprovação do vínculo empregatício, impedindo os fiscais de autuar os infratores. Apesar de Lula, ao sancionar a Lei 11.457/2007, ter vetado tal dispositivo, o governo encaminhou um Projeto de Lei ao Congresso (PL 536/2007) que, na prática, reduz o papel do fiscal na autuação das empresas, ampliando as possibilidades de defesa das empresas que cometem irregularidades.

Outras medidas afetam especialmente os funcionários públicos. A despeito da instauração de mesas setoriais de negociação em 2003, destinadas a discutir reajustes salariais e plano de carreira, os servidores reclamam que não são efetivamente ouvidos e que muitos acordos celebrados não são cumpridos. A polêmica mais recente diz respeito ao Plano de Aceleração do Crescimento,

---

ção na Justiça do Trabalho) para micro e pequenas empresas (lei do Super Simples). Cumpre notar que a tentativa de reduzir o FGTS dos trabalhadores dessas empresas de 8% para 0,5% (por iniciativa do Executivo) não foi aprovada. Todavia, o governo continua a defender a diferenciação de direitos para determinados públicos-alvo: trabalhadores de micro e pequenas empresas, jovens, ou trabalhadores do setor informal, a pretexto de aumentar o nível de emprego e de estimular a formalização do mercado de trabalho. Essas medidas, além de imporem perdas de ordem material (decorrente da perda de direitos), têm um efeito político e ideológico: estimulam a divisão dos trabalhadores, ao criar cidadãos de segunda classe. Nesse sentido, fazem parte daquilo que Dias e Bosi (2005, p. 59) denominam "terceira (re)construção das classes trabalhadoras no Brasil".

lançado em 2007, que restringe, por dez anos, o aumento salarial dessa categoria à variação da inflação acrescida de 1,5%. Além disso, o governo elaborou um projeto para limitar o direito de greve de funcionários públicos, que estabelece a necessidade de aviso-prévio de 72 horas para a deflagração de greve; apresenta uma ampla lista de atividades consideradas essenciais, exigindo que as entidades sindicais assegurem a continuidade desses serviços e atividades durante a greve; e possibilita a contratação temporária de servidores para substituir grevistas.[18]

O Projeto de Lei Complementar 92/2007 cria fundações públicas de direito privado para o desempenho de tarefas não "exclusivas" de Estado. Essas fundações poderão contratar trabalhadores conforme as regras vigentes no setor privado, nas seguintes áreas: saúde, educação, assistência social, cultura, desporto, ciência e tecnologia, meio-ambiente, previdência complementar do servidor publico, comunicação social e promoção do turismo nacional., Esse projeto tem desencadeado posicionamentos divergentes. É criticado pela CUT, que considera que essa medida constitui uma ameaça ao serviço público e que as áreas em que as fundações viriam atuar são de responsabilidade do Estado, mas é apoiado pela FS. Já o debate sobre a possibilidade de uma nova reforma da previdência, que recolocou em pauta o aumento do tempo de contribuição e da idade mínima para a aposentadoria, é um fator de críticas ao governo.

Essas medidas – sejam elas concretas ou ainda virtuais – têm provocado grande insatisfação entre os dirigentes sindicais, inclusive por parte de setores tradicionalmente próximos do PT.[19] É

18 Em entrevista coletiva, Lula atacou os servidores que ficam 90 dias em greve e ainda recebem os dias parados (GREVE, 2007). O projeto de greve "é a negação de tudo o que esperamos no presidente Lula". Com ele, o presidente "entra em choque com sua base de sustentação" (FELÍCIO, 2007).

19 "a participação do governo Lula [...] tem sido dúbia e contraditória. Ao vetar a Emenda 3 certamente ele contemplou interesses dos trabalhadores, ainda que a preocupação com a hipótese de renúncia fiscal tenha pesado mais. Não se pode dizer o

possível nos indagar acerca do significado desse descontentamento, bem como de seu impacto: até que ponto ele evidencia e/ou possibilita o revigoramento do movimento sindical? Se, no primeiro governo Lula, verifica-se o aprofundamento da divisão do movimento sindical, este pode vir a ser minimizado no segundo mandato em virtude do descontentamento dos trabalhadores em relação às medidas governamentais? Dito de outro modo: esse descontentamento seria capaz de minimizar a divisão do movimento sindical no segundo mandato? A propósito, essa divisão pode ser interpretada como sinal de força, de revitalização, ou de fraqueza do movimento sindical? É prematuro responder a essas questões. No momento, podemos apenas destacar que as centrais fizeram uma primeira manifestação conjunta no dia 23 de maio de 2007, contra a retirada de direitos (intitulada: "Nenhum direito a menos, só direitos a mais"), que contou com a participação da CUT, inclusive das forças que dela saíram, e das demais centrais sindicais.[20]

---

mesmo em relação à lei de greve, Super Simples, reforma da Previdência e perspectiva de arrocho do funcionalismo, entre outras coisas. As ações do governo neste terreno caracterizam concessões à ideologia e aos interesses do capital financeiro e revelam um preocupante viés neoliberal" (CSC, 2007).

20 Inclusive a FS. Em nota divulgada no site da central, seu presidente, Paulo Pereira da Silva, declarou: "O presidente Lula teve o bom senso e sensibilidade social de vetar a Emenda 3 do projeto de lei que cria a Super Receita. Esta emenda é nefasta para os trabalhadores, porque abre espaço para a precarização no mercado de trabalho. A emenda é surreal, já que proíbe o fiscal de fiscalizar" (In: www.fsindical.org.br, 19 mar. 2007). Paulinho também reagiu às declarações do presidente Lula, acerca da necessidade de se mudar a legislação trabalhista, afirmando ser "um absurdo fazer mudanças com o intuito de precarizar as formas de trabalho" (www.fsindical.org.br, 20 mai. 2007). A FS já vinha criticando as condições precárias a que estão submetidos muitos dos que trabalham aos domingos e a terceirização. Segundo João Carlos Gonçalves, Juruna, presidente interino da Força Sindical: "Queremos que o salário pago aos terceirizados seja igual ao do funcionário que exerce a mesma função e que seus direitos sejam assegurados também nas convenções coletivas" (www.fsindical.org.br, 05 set. 2006). Porém, não podemos deixar de notar que a central foi uma das que mais defendeu a flexibilização das relações de trabalho e a adoção de contratos atípicos como forma de combate ao desemprego ao longo dos governos Cardoso, tendo inclusive inspirado diversas mudanças então promovidas na legislação trabalhista. Estaria

Porém, essa manifestação conjunta não eliminou as divergências entre as organizações que a promoveram: enquanto a Conlutas buscou mobilizar sua base contra as reformas neoliberais de Lula, a CUT concentrou suas bandeiras na defesa do veto à emenda 3.[21]

A ampla unidade então verificada não se manteve no segundo semestre. A Conlutas e a Intersindical, que participaram, em março de 2007, da criação do Fórum Nacional de Mobilização Contra as Reformas (ao lado do MST e das pastorais sociais), organizaram, em outubro uma marcha contra as reformas, sobretudo a da previdência, e em defesa dos direitos por elas ameaçados. Já em dezembro de 2007, CUT, FS, UGT, NCST e CTB organizaram a 4ª Marcha da Classe Trabalhadora, defendendo a redução da jornada para 36 horas semanais, mais e melhores empregos e o fortalecimento da seguridade social e das políticas públicas. Além de envolver organizações diferentes, o posicionamento por elas apresentados também é distinto: enquanto a primeira manifestação tem um caráter de resistência, a segunda se mostra propensa a negociar com o governo.

Considerações finais

Desde o início dos anos 1990 é possível identificar uma aproximação entre a prática da direção majoritária da CUT e o sindicalismo de resultados que, em 1991, daria origem à Força Sindical. Mas, a despeito da ascensão do sindicalismo propositivo no interior da CUT e das dificuldades que a política neoliberal e a reestruturação produtiva das empresas trouxeram para a ação sindical, a identificação dos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso como adversários dos interesses dos trabalhadores possibilitou, em alguns momentos, a retomada de uma prática sindical

a FS revendo sua orientação a esse respeito?

21 Nesse sentido, procurou converter a manifestação num ato de apoio ao governo, não obstante as críticas que tem lhe dirigido em outras esferas, como acima mencionado.

mais combativa. Ainda assim, os anos 1990 foram marcados por uma divisão significativa entre a direção da central, que adotou uma posição cada vez mais moderada, assimilando, inclusive, certos aspectos da ideologia neoliberal, e algumas correntes minoritárias, que mantêm seu apego à combatividade e continuam a adotar uma posição de confronto frente ao governo e ao patronato. Com efeito, a *Articulação Sindical* busca ocupar espaços institucionais e oferecer aos membros dos sindicatos cutistas um número crescente de serviços, defendendo um modelo de sindicato "cidadão". Mas, naquele contexto, era mais fácil para as correntes minoritárias pressionar pela adoção de uma postura crítica, mesmo que a maioria resistisse em assumi-la.

A eleição de Lula modificou esse cenário, favorecendo a acomodação da CUT e aprofundando suas divisões internas. As diferenças entre CUT e FS se reduzem, na medida em que a primeira se torna uma central governista e a segunda tem dificuldades para exercer o papel de oposição. Ao mesmo tempo, o primeiro mandato de Lula foi marcado pelo aprofundamento da divisão do movimento sindical. Além da criação da NCST, a crise no interior da CUT deu origem a novas experiências organizativas, como a Conlutas e a Intersindical.

No segundo mandato, o cenário continua a se alterar. No que se refere às concepções e práticas sindicais, CUT e FS ampliam suas semelhanças. O curioso é que, desta feita, o movimento de aproximação parte da FS em direção à CUT: a FS passa a criticar a flexibilização e seus principais dirigentes vão para o governo – caso de Luiz Antonio de Medeiros que, em março de 2007, torna-se Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

O impacto desse novo movimento de aproximação entre as maiores centrais brasileiras e o papel desempenhado pelas novas organizações sindicais (acrescidas da UGT e da CTB) ainda estão por ser analisados. Embora seja possível notar que as medidas anunciadas e implementadas pelo governo têm gerado críticas

mais contundentes por parte do movimento sindical, é prematuro avaliar o alcance e o potencial dessas críticas, ou seja, é cedo para saber se elas exprimem um posicionamento mais dinâmico do movimento sindical e se indicam uma possibilidade de superação de suas dificuldades.

Referências bibliográficas

Antunes, Ricardo. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: Antunes, Ricardo (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1997.

Cardoso, Adalberto M. Retratos da crise na década neoliberal. In: *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Conlutas. Coordenação pretende se construir como uma alternativa de luta para os trabalhadores. In: www.conlutas.org.br, 2004.

Csc. Boletim Nacional da CSC, 04 abr. 2007, In: www.csc.org.br

Dias, Edmundo F. e BOSI, Antônio. Estado, capital, trabalho e organização sindical: a (re)construção das classes trabalhadoras no Brasil. *Outubro*, n. 12, 2005.

Felício, João. Só falta a mordaça e as algemas. Portal do Mundo do Trabalho, In: www.cut.org.br, 2007.

Fernandes, Fátima; ROLLI, Cláudia. Centrais cobrarão mais emprego e renda. *Folha de S. Paulo*, 1 maio 2004, p. B4.

Força Sindical e CUT reúnem 1,7 mi em SP. *Folha de S. Paulo*, 2 maio 2005, p. B8.

Força Sindical. *Revista da Força* n. 8, set. 2005.

Galvão, Andréia. A CUT na encruzilhada: dilemas do movimento sindical combativo. *Idéias*, v. 09, n. 1, 2002, p. 105-54.

_____. A reforma sindical no governo Lula: mudança ou continuidade? In: Borges, Altamiro (Org.). *A reforma sindical e trabalhista no governo Lula*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004

_____. Reforma sindical: as polêmicas por detrás de um falso consenso. *Revista PUC Viva*, São Paulo, v. 23, p. 17-27, 07 abr. 2005.

Galvão, Andréia. O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos. *Outubro*. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. n. 14, p. 131-150, 2006a.

_____. Trade unions and neoliberal politics in Brazil In: Phelan, Craig (Org.) *The future of organised labour*: global perspectives. Berna: Peter Lang, 2006b, p. 333-360.

_____. Reformas ou contra-reformas? O caráter regressivo das reformas sindical e trabalhista. *Adunicamp 30 Anos*: Universidade e Sociedade. Campinas, 2007a, p. 170-187.

_____. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/ Fapesp, 2007b.

Gil, Rosangela Ribeiro. CTB: mais uma central sindical no Brasil. In: www.portogente.com.br, 16 out. 2007.

Greve remunerada para o servidor são férias, diz Lula. *Folha de S. Paulo*, 16 maio 2007, p. A 4.

Intersindical. Manifesto: Intersindical, um instrumento a serviço da luta de classes. In: http://acaopopularsocialist.locaweb.com.br/textos/manifesto-intersindical-2006.pdf

Jácome Rodrigues, Iram. *Sindicalismo e política*: a trajetória da CUT. São Paulo: Scritta, 1997.

Lobregatte, Priscila. Batista: por uma central democrática, unitária e autônoma. In: www.csc.org.br, 29 ago. 2007.

Marinho, Luiz. Salário mínimo: vitória do diálogo. *Folha de S. Paulo*, 29 jan. 2006, p. A3.

Martins, Heloísa de Souza; Jácome Rodrigues, Iram. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 11, n. 2, fev., p. 155-82, 2000.

'Nosso papel é protestar', diz Paulinho. *Folha de S. Paulo*, 2 maio 2004, p. B6.

Nova Central Sindical De Trabalhadores. Por que uma outra central sindical. In: www.ncst.org.br. Acesso em 10 jan. 2006.

Reis, Gilson. CUT diante de um futuro incerto. In: www.vermelho.org.br, 16 jun. 2006.

Salgado, Raquel. Com Lula, CUT cresce 5,5% e Força dobra total de filiados. *Valor Econômico*, 29 dez. 2006. In: valoronline.com.br

SOFIA, Julianna. Lula legaliza centrais, mas não dá verba. *Folha de S. Paulo*, 9 maio 2006, p. B7.

TRÓPIA, Patrícia. A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo. *Idéias*, v. 9, n. 1, 2002, p. 155-202.

VERAS, Roberto. *Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. Tese de Doutorado em Sociologia. USP, 2002.